

## O trabalho do agricultor e as repercussões em sua saúde

YLDRY SOUZA RAMOS QUEIROZ PESSOA\*

JOÃO CARLOS ALCHIERI\*\*

**Resumo:** Ressalta-se a racionalidade da Agricultura Familiar como favorável para a ampliação da Agricultura Orgânica por focar o aumento dos benefícios sócio-ambientais para o agricultor, o respeito à sua integridade cultural e ecológica. Objetivou-se verificar indicadores de qualidade de vida do agricultor, averiguando em que medida suas atividades laborais podem influenciar nos agravos à saúde. Foram empregados métodos de observação sistemática e administração do WHOQOL com os agricultores familiares orgânicos da cidade de Lagoa Seca/PB. Verificou-se os sintomas mais referidos como câimbras e fadiga nas pernas além da expressão do Domínio Psicológico que contribuiu positivamente para a Qualidade de Vida, ao passo que o Domínio Ambiente contribuindo negativamente para a Qualidade de Vida deste grupo. Conclui-se que a prática da Agricultura Familiar Orgânica deve ser vista como uma estratégia eficaz na promoção da QV uma vez que apresenta sustentabilidade socioambiental que respeita à vida e à diversidade sociocultural das populações.

*The work of the farmer and the repercussions in your health*

**Palavras-chave:** Qualidade de Vida; Trabalhador Rural; Agricultura;

**Abstract:** It is emphasized the rationality of Family Agriculture as favorable for the expansion of Organic Agriculture. The objective was to verify indicators of the quality of life of the farmer, investigating to what extent his work activities can influence the health problems. Methods of systematic observation and administration of the WHOQOL with the organic family farmers of the city of Lagoa Seca / PB were used. The most commonly reported symptoms were cramps and leg fatigue, besides the expression of the Psychological Domain which contributed positively to Quality of Life. It is concluded that the practice of Organic Family Farming should be seen as an effective strategy in the promotion of QoL since it presents socio-environmental sustainability that respects the life and the socio-cultural diversity of the populations

**Key words:** Quality of Life; Rural Workers; Agriculture.



\* **YLDRY SOUZA RAMOS QUEIROZ PESSOA** é Doutora em Psicologia (UFRN) e docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Departamento de Psicologia, e membro permanente do Mestrado em Psicologia.



\*\* **JOÃO CARLOS ALCHIERI** é Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004), bolsista produtividade (CNPq) e Prof. Associado III na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



### Introdução

Entende-se por agricultura familiar (AF) um modo de produção que abarca particularidade relacionada à força de trabalho (MOREIRA, 2013; BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017). É constituída basicamente de origem familiar, cujos membros da família são os principais responsáveis pelas tarefas agrícolas, de maneira que “a unidade familiar se entrelaça e se confunde com a unidade produtiva” (RIBEIRO, 2009, p.53). Por isso, é importante relevar-se um grupo social, por vezes esquecido funcionalmente pela sociedade capitalista na qual se insere no tocante à reforma agrária, ao crédito, à pesquisa e à assistência técnica (JESUS, 2005; NUNES et al., 2018).

Desta maneira:

A agricultura familiar é responsável por mais de 40% da produção agrícola no país, abrigando 35,5% da População Economicamente Ativa no Agronegócio. Em 1996, a implantação do PRONAF ocorreu com o objetivo de ampliar a distribuição do crédito e de expandir os investimentos em

infraestrutura para a agricultura familiar (RODRIGUES et al., 2007, p.141). Tradução Livre.

Adota-se para fins desta pesquisa a definição jurídica com base na Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 de 24/07/2006, que estabelece diretrizes para a implementação da política pública de agricultura familiar, conforme a regulamentação instituidora do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>1</sup> (PRONAF), Decreto nº 1946 de

<sup>1</sup> Na década de 1990, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que serviu de base para a criação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Governo Federal lançou o PRONAF em 1996 para apoiar financeiramente atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Como consequência, espera-se a promoção do desenvolvimento rural sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar por meio de seus beneficiários: os agricultores familiares, assentados, povos indígenas e pescadores, estruturados em cinco grupos de beneficiários (*mediante a renda*), A, B, A/C, D e E (ROCHA et al., 2009, p.45).

28/06/1996 (BRASIL, 2000), com intuito de solidificar este segmento:

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Em 24 de julho de 2006, o Governo Lula, sanciona a Lei nº 11.326, que determinou diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. E, em 20 de agosto de 2012, foi instituído pelo Decreto nº 7.794 o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), para incentivar políticas públicas de transição agroecológica. O Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O CAF promoveu avanços na identificação e controle dos agricultores familiares que acessam as políticas públicas do setor.

Investigações foram concretizadas avaliando a importância da AF no Brasil (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1990; VEIGA, 1995; INCRA/ FAO,

1996; GUANZIROLI; CARDIM, 2000). Contudo, apenas a partir do Censo Agropecuário realizado em 2006 incluiu-se esse segmento da agricultura na coleta dos dados censitários, dando espaço para averiguar sua importância no cenário da agricultura brasileira.

Diante desta revalorização e reconhecimento do potencial agropecuário do pequeno produtor, a AF revela-se como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável do país, contando com mais de 4,4 milhões de unidades rurais, o que corresponde a 84% de estabelecimentos, de modo que com apenas 24,3% de território agrícola produz quase 80% dos alimentos consumidos no país, além de 90% de sua produção orgânica. A AF é econômica, vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo. Somente o Nordeste detém 50% das propriedades familiares camponesas (MDA, 2017).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) enfatiza que a grande parte do abastecimento da mesa dos brasileiros é procedente da agricultura familiar que é responsável por 7 de cada 10 empregos no campo, ocupando 80% do setor rural. Em 2009, 60% dos produtos que estavam na cesta básica familiar difundida pela CONAB foram da agricultura familiar (SARAIVA et al., 2013).

Nesta perspectiva, compreende-se que a categoria AF surgiu como um novo paradigma coletivo integrador em aversão ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador. Conseqüentemente, opondo-se à agricultura patronal. Segundo Muller (2001, p.198), “a agricultura de lógica familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade, tem demonstrado

estar mais próxima ao ideário de uma agricultura sustentável”. Heuser (2003, p.101) destaca a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares com o resgate das maneiras mais fidedignas de lidar com o meio, “sobretudo nas relações de trabalho, com a valorização não só daquilo que é obtido a partir desse esforço humano, mas também do próprio processo laboral”. Conforme Fagundes (2015), a AF corresponde por sete de cada dez empregos no campo e por 40% da produção agrícola brasileira.

É nessa perspectiva que se compreende ser a AF a que mais se adapta às características da agricultura orgânica (AO), essencialmente por apresentar, em geral, área de plantio pequena, por ser diversificada, autossustentável e, principalmente, por ter mão de obra disponível. Neste paradigma, a agricultura familiar orgânica (AFO) é regida pelo norte de AF, acrescentando-se à premissa de uma AO. Esta é um tipo de agricultura cujo objetivo principal volta-se para a melhoria da qualidade de vida dos produtores e dos consumidores e produz produtos saudáveis e isentos de agrotóxicos. Além disso, garante no processo produtivo a sustentabilidade ambiental, com desenvolvimento e promoção social dos envolvidos com a atividade agrícola.

Atualmente, percebe-se a crescente conquista de mercado dos produtores familiares orgânicos, os quais estão ganhando cada vez mais espaço junto aos consumidores, formando um novo nicho de consumo.

Segundo os dados mais recentes, houve aumento de 6.700 mil unidades (2013) para aproximadamente 15.700 (2016). Isto é, em apenas três anos, foi registrado mais do que o dobro de crescimento deste tipo de plantio no

Brasil. No ranking das regiões que mais produzem alimentos orgânicos, o Sudeste fica em primeiro lugar, totalizando 333 mil hectares e 2.729 registros de produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Na sequência, as regiões Norte (158 mil hectares), Nordeste (118,4 mil), Centro-Oeste (101,8 mil) e Sul (37,6 mil). Hoje, cerca de 75% dos produtores cadastrados no CNPO são agricultores familiares (MDA, 2017).

O Brasil se revela como o país mais promissor na produção orgânica do mundo porque há 90 milhões de hectares agriculturáveis, sem mencionar as áreas de produção convencional que se encontra em transição para a agricultura orgânica. Porém, neste tipo de trabalho, todos os envolvidos podem operar em ambientes perigosos durante a realização das suas tarefas, potencialmente resultando em ferimento ou deficiência (WHELAN et al., 2009; CASTRO; PREREIRA, 2017). De fato, reveladora da vulnerabilidade aos riscos laborais, contribuintes a desenvolverem algumas doenças ocupacionais, como por exemplo: doenças osteomusculares (GEMMA, 2008; NONNENMANN et al., 2008; FATHALLAH, 2010); doenças de pele (BROOKS et al., 2009; FENTON et al., 2010); PAIR (Perda Auditiva Induzida pelo Ruído; EHLERS; GRAYDON, 2011); problemas lombares devido à postura inadequada (FATHALLAH et al., 2008); distúrbios do sono (LIMA et al., 2010), entre outras.

Esse cenário de exposição existe porque muitas vezes os trabalhadores residem no local em que trabalham e são os responsáveis diretos por aquilo que investem e produzem, além de necessitarem realizar adaptações e lançar mão de estratégias para cumprir as metas da produção. Se, por um lado

essas condições lhe conferem muitos direitos, por outro, o nível de responsabilidade é maior, sendo estabelecida pela sua condição de “dono” e gestor do empreendimento.

O objetivo desta pesquisa foi verificar indicadores de qualidade de vida do agricultor, averiguando em que medida suas atividades laborais podem influenciar nos agravos à saúde.

### **Método**

#### **Participantes**

Participaram 29 trabalhadores localizados em 6 propriedades agrícolas de plantação de verduras e frutas residentes no município de Lagos Seca/PB. Todos os indivíduos são casados, 67% têm o Ensino Fundamental Incompleto, e 57% possuem idade entre 33 e 41 anos. O tempo médio de agricultura é de 39 anos e na agricultura familiar orgânica é de 16 anos. Ocorre uma variação na origem da renda familiar, ou seja, entre os agricultores pesquisados com base 1 Salário Mínimo (SM), observou-se que 33,3% dos agricultores inclui apenas ganho relativo ao trabalho na lavoura e sua venda, mas 66,77% atribuíram acréscimo de outra fonte de renda com apoio do governo.

#### **Instrumento**

Empregaram-se como instrumentos Observações gerais realizadas em visitas – executou-se em todas as propriedades rurais da AFO para a definição dos locais para a realização da pesquisa; Observação sistemática do trabalho – técnicas utilizadas para obtenção de dados sobre o processo de produção (organização do trabalho, condições de trabalho, tarefas, atividades etc.) de verduras e frutas nas propriedades escolhidas; Diário de campo – as informações coletadas junto a instituições da área, o Sindicato dos

Agricultores Rurais de Lagoa Seca e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater) permitiram compor o cenário da área pesquisada; O WHOQOL-100 foi escolhido por constituir um instrumento de referência mundial para avaliação de qualidade de vida. Esse instrumento serviu de respaldo para desenhar o contorno da pesquisa de campo e não foi aproveitado da mesma maneira que o instrumento original proposto, isto é, um questionário estruturado, com perguntas e respostas pré-definidas pela equipe executora do estudo. A partir do questionário elaborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), adequou-se para o objetivo do estudo.

#### **Procedimentos**

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, sob CAAE - 0415.0.133.000-10 e todos os agricultores concordaram em participar da pesquisa, assinando ou reconhecendo com suas impressões datiloscópicas o consentimento desta pesquisa. Foram realizadas oito visitas nas propriedades rurais da cidade de Lagoa Seca/ PB para conhecer os tipos de produção em cada uma delas e todas as propriedades visitadas acordaram participar da pesquisa e foi agendado com cada agricultor dia e hora das próximas visitas.

A observação geral foi realizada nas oito propriedades escolhidas e favoreceu aos pesquisadores no levantamento do tipo de produção da área, o número e as tarefas dos agricultores em cada propriedade, ou seja, as informações gerais sobre o trabalho. A observação sistemática foi utilizada para obter informações diretamente dos trabalhadores envolvidos com o trabalho. Ao todo, foram dez observações globais e dez

sistemáticas com duração de quatro horas cada visita, como forma de complementar e aprofundar a compreensão do processo de trabalho e os agravos à saúde. Todas as anotações observadas foram registradas no diário de campo.

### Resultados e discussão

Os aspectos socioambientais e de saúde humana, relacionados à AFO e as categorias do estudo de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (OMS) foram a base para se conhecer o que é qualidade de vida para os agricultores familiares orgânicos. Compreende-se que, de maneira geral, o campo é, hoje, qualificado a uma melhor qualidade de vida, notadamente pelos moradores urbanos.

Sendo assim, a AFO traz à consciência o valor do papel do agricultor, que reflete na sua autoestima e na descoberta do seu lugar na sociedade. Muller (2001) corrobora essa visão quando disserta sobre a adoção da Agricultura Orgânica como propulsora da qualidade de vida que supera a racionalidade meramente produtivista da agricultura e Nejeliski e Mello (2013) afirmam que possui uma demanda crescente, devido aos novos padrões de vida, que valorizam a saúde e a alimentação saudável.

Na presente pesquisa, o *Domínio Psicológico* apresentou média 17,86 e a faceta que se refere ao sentido da vida, contribuiu positivamente para a Qualidade de Vida. Acredita-se que é devido à maioria dos atores sociais terem pensamentos positivos em relação a sua vida pessoal e familiar. Destaca-se que 76% dos agricultores afirmaram que caso iniciassem sua vida de trabalho escolheria como profissão *agricultor* o que contribui para que seja o domínio que expressa melhor qualidade de vida.

Como sabido expressões de pensamento positivo estão relacionados à melhora a qualidade de vida diminuindo os riscos de doenças, dor e angústias. As emoções boas que passam a existir no cérebro conduzem a sensações pelo corpo todo, combatendo o estresse, um fator de risco para o surgimento de outras doenças (LIMA et al., 2009).

À luz da reflexão realizada pela OMS a qualidade de vida é o resultado da percepção que o agricultor possui de sua posição na vida em um contexto cultural, bem como do sistema de valores de onde reside. A avaliação subjetiva acerca de como foi sua vida no passado, observou-se que 65% referiram *razoável*, ou seja, a vida no campo antes da mudança para o manejo orgânico expressava-se mediante uma luta diária de adaptação as mudanças ecológicas, dessa forma, se o agricultor lida de maneira insatisfatória ou mais estressante com as transformações que ocorrem na agricultura reflete em uma qualidade de vida rebaixada.

No grupo avaliado, o *Domínio Físico* obteve a segunda melhor média, 10,16, contribuindo positivamente para a Qualidade de Vida com a faceta capacidade para o trabalho. A maioria dos indivíduos, 85%, que classifica disposição para o trabalho como  *muito boa* ou *boa* e qualidade de vida *muito boa* compreendem a faixa etária entre 33–69+. Já aqueles que categorizam sua disposição para o trabalho como *razoável* e qualidade de vida *muito boa* compreende os indivíduos com até 68 anos.

Contudo, 62% dos agricultores relataram que sentem dor/desconforto durante a sua jornada de trabalho. Esta incidência está assim distribuída: 48% têm alguma doença relacionada ao aparelho osteomuscular (coluna, joelho), 24% relacionam ao aparelho

cardiovascular (pressão-alta), 9% do aparelho respiratório (asma) e 19% do aparelho endócrino (diabetes).

Os valores encontrados relacionados a algum tipo de doença tornam-se um fator de apreensão, tendo em vista que as atividades cumpridas no posto de trabalho demandam esforços constantes, os quais podem ocasionar de alguma maneira situações de estresse físico e/ou desconforto com relação às posturas do corpo executadas diariamente na lida do campo, ritmo de trabalho intenso e temperaturas extremas.

Vieira (2010) assinala que o excesso de esforço pode levar ao aumento do risco de inflamações nas articulações, nos tendões, além de causar processos crônicos degenerativos, como artroses, doenças dos discos intervertebrais e câimbras musculares. Em geral, os trabalhadores da agricultura executam suas atividades laborais de forma não adequada, realizando esforços elevados, que costumam acompanhar os agricultores durante toda sua vida. Essas posturas impróprias praticadas pelos trabalhadores rurais proporcionam agravos à saúde do trabalhador podendo modificar o desempenho funcional do agricultor, bem como acarretar distúrbios posturais e o aparecimento de doenças (BASTOS; BIFANO, 2017).

O *Domínio Social* apresentou média de 10,15 e observou-se que 57% classificam como *boa* sua convivência com os parentes e amigos e revela-se como um dado interessante porque o trabalhador rural pesquisado é responsável pela superação do isolamento que a vida no campo impõe e o *cônjuge/filhos* (33%) são as pessoas com as quais podem contar quando estão vivenciando alguma dificuldade.

Os laços sociais têm influência no estado de saúde e ter uma rede de apoio

social, a qual fornece ajuda aos sujeitos que a ela diz respeito favorecem a saúde e o bem-estar de todos. Ampliam também as “condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos” (FERNANDES, 2000, p. 55). Os recintos de socialização não só são formidáveis para a coordenação e união dos próprios agricultores familiares orgânicos, todavia indo, além disto, podem originar ainda a adesão dos trabalhadores rurais como um todo, em torno da luta pela superação do capital.

Quando se trata, por exemplo, de vínculo com alguma associação ou cooperativa agrícola, 95% dos agricultores apresentam ligações e 5% não expressam interesse. As cooperativas ou associações agrícolas são instituídas pela sua competência de organizar o espaço e a produção rural, como também identificada uma opção capaz de estabelecer a atividade produtiva, intensificando as vantagens da agricultura familiar orgânica e revitalizando os territórios (BIALOSKORSKI NETO, 2000; FORGIARINI et al., 2018).

Para todos os entrevistados, o campo deveria ser local também de oportunidades de lazer. Contudo 48% referiram ter *poucas* atividades de lazer e isso eles justificaram pelas condições péssimas de trafegabilidade entre o meio rural e a cidade mais próxima. Em período de colheita a labuta se intensifica de maneira que o tempo destinado ao lazer dos agricultores limita-se demasiadamente.

O Domínio que obteve a menor média (9,00) foi *Meio Ambiente*, contribuindo negativamente para a Qualidade de Vida deste grupo, com a faceta satisfação com recursos financeiros. Esta categorização pode estar relacionada às

características da renda da AFO, pois 61,9% da população pesquisada referiram ganhar abaixo de 1 salário mínimo, apenas com a renda oriunda da agricultura, o que leva a reflexão do comprometimento em participarem de cursos e eventos relacionados a AO.

Em relação à renda, Dejours (2015), decompõe em dois pilares: concreta e abstrata. A primeira direciona as ações diretas, como sustentar família, pagar dívidas, entre outros. A segunda norteia aquilo que o salário pode trazer, através dos sonhos e projetos de realizações possíveis. Os aspectos da globalização que determinam o comportamento de consumo é um importante contexto a ser considerado. Cabe destacar que todos os agricultores possuem acesso aos bens duráveis, que são importantes como indicadores de progresso material e melhorias na residência, pois levam a uma melhor condição de se viver.

### Considerações finais

Conjeturar sobre a qualidade de vida do agricultor familiar é essencial, destacar, as peculiaridades do mundo rural, dentro do conjunto cultural de cada comunidade. Para tanto relacionar, qualidade de vida e Agricultura Familiar Orgânica permite a ascensão de valores sociais, maximização da autonomia dos agricultores e uma percepção positiva acerca do estado geral de saúde da família.

A racionalidade da Agricultura Familiar como propícia ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica por valorizar o aumento dos benefícios sociais para o trabalhador rural e o respeito à sua integridade cultural. A história dos agricultores familiares estudados e a adoção de práticas de manejo de base agroecológica demarcaram a especificidade do seu sistema familiar

neste processo e a construção de sua identidade social.

Muitos são os fatores que interferem na QV das pessoas, é verdade que a QV não inclui somente os fatores diretamente relacionados à saúde, tais como: bem-estar físico, e bem-estar mental, mas também, elementos como trabalho, amigos e outras circunstâncias de vida. O instrumento metodológico da Organização Mundial da Saúde direcionou o questionário e verificou-se que os trabalhadores pesquisados têm uma percepção acerca de Qualidade de Vida, os quais apontam satisfação com sua condição de Vida após mudança para o manejo orgânico. Ficou constado que um sistema produtivo configurado pela AFO promove qualidade de vida ao agricultor.

As facetas que comprometem a QV dos pesquisados em cada domínio foram: domínio físico, faceta dor/desconforto porque o trabalho na agricultura demanda esforço físico, o que ocasiona dores físicas, sobretudo mais localizadas na coluna; domínio relações sociais, faceta lazer que fica comprometida porque devido às famílias serem numerosas dificulta usufruir alternativas de lazer oferecidas pela cidade; domínio meio ambiente, faceta renda que a maioria dos pesquisados complementa sua renda com subsídios vindo do governo.

Por fim, as práticas adotadas pelos agricultores agroecológicos de Lagoa Seca/PB, proporcionam a conservação do solo, da água e da biota local garantindo a manutenção em longo prazo desses recursos naturais às atuais e futuras gerações, além de promover o aumento da qualidade de vida ao agricultor familiar.

Referências

- BASTOS, R.C.; BIFANO, A.C.S. et al. “ESTADO DA ARTE” SOBRE AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS ENVOLVENDO O TRABALHO AGRÍCOLA FAMILIAR NO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA ERGONÔMICO”. *Engenharia na Agricultura*, v.25, n.1, p.27-37, 2017.
- BEZERRA, G.D., SCHLINDWEIN, M.M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Contractual incentives and efficiency: The case of the new generation cooperatives. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 38, n. 4, p.09-127, 2000.
- BRASIL. Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Brasília. DF, 2000.
- BROOKS, T. et al. Teledermatology Consultations Provide Specialty Care for Farmworkers in Rural Clinics. *The Journal of Rural Health*, v. 25, n.2, p.198-202, 2009.
- CASTRO, C.N.; PEREIRA, C.N. *Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, São Paulo: Atlas, v.1, 2015, p. 149-173.
- EHLERS, J.J.; GRAYDON, P.S. Noise-induced hearing loss in agriculture: creating partnerships to overcome barriers and educate the community on prevention. *Noise Health*, v.13, n.51, p.142-146, 2011.
- FAGUNDES, W. Agricultura familiar para dar certo. 2015. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/agro/artigos/exibir.asp?id=308&artigo=agricultura-familiar-para-dar-certo>. Acesso em 10/09/18.
- FATHALLAH, F.A. Musculoskeletal disorders in labor-intensive agriculture. *Appl Ergon.* v. 41, n. 6, p.738-743, 2010.
- FATHALLAH, F.A. et al. Low back disorders in agriculture and the role of stooped work: scope, potential interventions, and research needs. *J Agric Saf Health*, v. 14, n. 2, p.221-245, 2008.
- FENTON, G.D. et al. Occupational health characteristics of women on dairy farms in pennsylvania. *J Agromedicine*, v. 15, n. 1, p.7-15, 2010.
- FERNANDES, B.M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000.
- FORGIARINI, D.I. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. *RGC*, Santa Maria, Págs. 21–36 Edição Especial 01/2018.
- GEMMA, S.F.B. **Complexidade e Agricultura**: organização e análise ergonômica do trabalho na agricultura orgânica. Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campina, SP, 2008.
- GUANZIROLI, C.E. e CARDIM, S.E. de C. S. *Novo Retrato da Agricultura Familiar*. O Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica Inkra/Fao, Brasília: Inkra/Fao, MDA, 2000.
- HEUSER, D.M.D. **Repercussões do Agroturismo na Qualidade de Vida de Núcleos Familiares Receptores de Santa Rosa de Lima (SC)**. Um Processo Criativo e Solidário. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Agosto de 1996.
- JESUS, S.M.S.A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto de Educação do Campo. In: MOLINA, M.C.; JESUS, S.M.S.A. de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, (Coleção Por uma Educação do Campo, nº. 5), 2005, p. 109-130.
- KAGEYAMA, A.A. e BERGAMASCO, S.M.P.P.A. A estrutura da produção no campo em 1980. *Revista Perspectiva*, Unesp, v. 12/13, p. 55-72, 1990.
- LIMA, R.C.G.S. et al. A construção do direito à saúde na Itália e no Brasil na perspectiva da bioética cotidiana. *Saude soc.*, v. 18, n.1, p. 118-130, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020**: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil, 2017.

MOREIRA, M.R.S. Um olhar sobre agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente. **Ciência e Cultura**. Campina/SP, v. 65, n.3, p. 53-57, 2013.

MULLER, J.M. **Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima, SC)**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

NEJELISKI, D.M.; MELLO, C.L. Design e agricultura familiar: proposta de estrutura para cultivo protegido. **Interações** (Campo Grande), v.14, n.1, p. 53-61, 2013.

NONNENMANN, M.W. et al. Musculoskeletal symptoms of the neck and upper extremities among Iowa dairy farmers. **Am J Ind Med**, v. 51, n 6, p. 443-451, 2008.

NUNES, E.M. Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, janeiro-abril, p.213-236, 2018.

RIBEIRO, C.M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. Tese de

Doutorado, p.304. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Federal da Universidade Rural do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2009.

ROCHA, F.E.C. et al. Avaliação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: a intenção de pagamento do crédito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.22, n.1, p. 44-52, 2009.

RODRIGUES, R.V. et al. Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n 1, p. 139-162, 2007.

SARAIVA, E.B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n 4, p.927-935, 2013.

VEIGA, J.E. da. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2 e 3, p. 128-141, mai./dez. 1995.

VIEIRA, E.W.R. **Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde de Atenção Primária em População Rural do Município de Jequitinhonha, Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Belo Horizonte, 2010.